

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i25.624>

MEMÓRIAS E NARRATIVAS: os signos da cidade de Ivatuba-PR¹

MEMORIES AND NARRATIVES: The signs of the city of Ivatuba-PR

MEMORIAS Y NARRATIVAS: los signos de la ciudad de Ivatuba-PR

SANDRA DE CÁSSIA ARAÚJO PELEGRINI
Pós-Doutora. Universidade Estadual de Maringá
Maringá-PR/ Brasil
[sandrapegrini@yahoo.com.br](mailto:sandrypegrini@yahoo.com.br)

JOÃO PAULO P. RODRIGUES (PPH/UEM)
Doutorando em História. PPH/UEM
Maringá-PR/Brasil
joapacheco2210@hotmail.com

Resumo: O referido artigo apresenta narrativas que trazem à tona heranças culturais de seus habitantes e histórias que marcaram o desenvolvimento da cidade. A publicação recebeu apoio dos munícipes que prontamente se dispuseram a nos dar depoimentos e entrevistas, disponibilizaram registros fotográficos de seus acervos pessoais. O acesso aos acervos institucionais da Prefeitura Municipal, de escolas e bibliotecas também foi essencial, sem os quais essa obra não se realizaria. A análise e a coleta de depoimentos orais, a realização de entrevistas, a seleção de fotografias e de documentos textuais de diversas tipologias possibilitaram-nos esmiuçar histórias sobre o processo de emancipação política e de crescimento da cidade, sem negligenciar a apreensão das múltiplas facetas do viver humano em novas fronteiras.

Palavras-chave: História Regional. Memória. Cafeicultura.

Abstract: This article presents narratives that bring to the fore cultural heritages of its inhabitants and stories that marked the development of the city. The publication received support from the residents who promptly offered testimonials and interviews, as well as providing photographic records from their personal collections. Access to the institutional collections of the City Hall, schools and libraries were also essential, without which this work would not be accomplished. The analysis and collection of oral testimonies, interviews, the selection of photographs and textual documents of different typologies allowed us to analyze stories regarding the process of political emancipation and growth of the city, without neglecting the apprehension of the multiple facets of living in new frontiers.

Keywords: Regional History. Memory. Coffee Growing.

Resumen: El referido artículo presenta narrativas que traen a la luz herencias culturales de sus habitantes e historias que marcaron el desarrollo de la ciudad. La publicación recibió apoyo de los ciudadanos que pronto se dispusieron a darnos testimonios y entrevistas, pusieron a disposición registros fotográficos de sus acervos personales. El acceso a los acervos institucionales del Ayuntamiento Municipal, de escuelas y bibliotecas también fue esencial, sin los cuales esa obra no se realizaría. El análisis y la recolección de testimonios orales, la realización de entrevistas, la selección de fotografías y de documentos textuales de diversas tipologías nos permitieron desmenuzar historias sobre el proceso de emancipación política y de crecimiento de la ciudad, sin descuidar la apreensión de las múltiples facetas del vivir humano en nuevas fronteras.

Palavras clave: Historia Regional. Memoria. Caficultura.

¹ Artigo submetido à avaliação em dezembro de 2017 e aprovado para publicação em junho de 2018.

O município de Ivatuba

É por meio do conhecimento da história de uma cidade que podemos perceber a importância da figura dos primeiros migrantes no processo de reocupação de região. Assim, torna-se essencial o estudo de história regional como forma de desvendar espaços e contextos que ficam esquecidos e não considerados pela historiografia tradicional.

Ao trabalharmos com a história regional, estamos levando em conta a necessidade de expandirmos os objetos de estudos para, assim, conhecermos melhor a história do país, contemplando as particularidades de um povo, de uma comunidade ou de uma região.

Até o século XVIII, no mundo todo, as regiões constituíam-se como país, dotadas de hábitos e costumes específicos². No entanto, nos próximos dois séculos, essas barreiras espaciais começaram paulatinamente a ser destruídas. Martins ressalta a importância da Europa como força extrema no dissolver da importância do regional e do local em detrimento nas escalas nacionais e internacionais. O autor considera as grandes navegações, o sistema colonial e a solidificação do Estado moderno como os principais apontadores nesse movimento que acarretou, dentre outros fatores, a formação de identidades nacionais.

No entanto, não devemos esquecer as originalidades que cada região propicia, embora o mundo caminhe a uma globalização, existem diversos aspectos peculiares a dada localidade. E é nesse contexto que a importância dos estudos regionais legitima-se.

Assim, a história regional pode ser definida como:

Aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. A História Regional é a que vê o lugar, a região e o território como a natureza da sociedade e da história, não apenas como palco imóvel onde a vida acontece. Ela é a história Econômica, Social, Demográfica, Cultural, Política referida ao conceito chave de região.³

Ao estudarmos uma região, temos que ter em mente que esta é, sobretudo, um lugar dinâmico, onde está presente uma pluralidade de sujeitos e atores históricos. Nesse horizonte, é necessário compreender a região e as suas relações com as fronteiras (geográficas, agrárias, simbólicas e religiosas) e as redes de sociabilidades.

É nesse quadro que nos deparamos com a cidade de Ivatuba, na qual podemos considerar que a sua fundação está vinculada ao processo de reocupação do norte do Paraná.

² MARTINS, Marcos Lobato. História regional. In: PINSKY, Bassanezi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2010.

³ *Ibid.*, p.143.

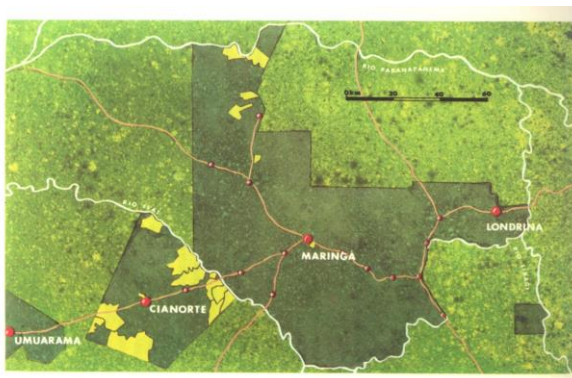
Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

O norte paranaense, conforme já apontam consistentes pesquisas sobre o tema, já era local de ocupação humana há muito tempo. O lugar já era ocupado por populações indígenas há cerca de 8 mil anos, podendo mesmo chegar a 13 mil anos⁴.

A região também passou por expedições de reconhecimento militar e reduções jesuíticas ao longo do tempo, chegando ao século 20 com algumas áreas ocupadas por agricultores. Entretanto, a partir da década de 1930, passa por um processo de parcelamento, comercialização e ocupação do solo de modo mais ofensivo, a chamada ocupação capitalista. A partir desta década, com a atuação de companhias de colonização, entre elas a Companhia de Terras Norte do Paraná (C.T.N.P.), que viria a se tornar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (C.M.N.P.), em meados de 1940.

Por meio da atuação desta empresa imobiliária grande parte de sua área foi sendo reocupada, com a plantação de extensos cafezais substituindo a mata e a implantação de ferrovias, rodovias e fundação de cidades. Conforme mostra o mapa a seguir, tal avanço inicia-se na cidade de Londrina, a partir de 1930 e persiste até meados da década de 1950.

Mapa 1: A ocupação da região norte paranaense, com destaque para a área comercializada pela C.T.N.P./C.M.N.P.



Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Ave Maria, 1977.

A companhia vendeu datas nas cidades fundadas por ela com extensão média de 500-600 m² cada, chácaras em volta das cidades e vilas numa área de cinco alqueires e também lotes rurais numa extensão superior a 5 alqueires, destinados para sítios e fazendas.

Sobre a forma de pagamento:

As condições de aquisição eram diferentes, conforme se tratasse de: a) lotes agrícolas: 30% de entrada e quatro anos de prazo para o pagamento; b) chácaras 40% de entrada e 2 anos para o pagamento; c) datas urbanas: 50% de entrada e 50% no prazo de um

⁴ MOTA, Lucio Tadeu. *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais*. Maringá: EDUEM, 2005.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

ano. Os juros cobrados eram de 8% ao ano. Os funcionários da Companhia gozavam de um desconto especial de 20%.⁵

Por volta de 1946, teve início a comercialização das primeiras terras, onde hoje está situada Ivatuba. Por volta de 1940⁶, Armando Shiamullera comprou da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná uma parte do lote da “Gleba Caxias” e, em seguida, vendeu uma parte delas aos senhores Antônio Zanoni, Francisco Pareja e Luiz Semprebom. Em 1948, o catarinense Primo Francisco Mazzuco e o italiano, radicado em Gravatal-SC, Estevão Grasso adquiriram uma faixa de terras da Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná e fundaram a Grasso e Mazzuco Ltda. No mesmo ano, passaram a revender as primeiras propriedades rurais para as famílias vindas do norte do estado de Santa Catarina, ditando os rumos da ocupação da cidade. As vendas tinham uma dinâmica em comum, os parentes e amigos daqueles que acabaram de comprar um lote visitavam a referida companhia e assim adquiriam novos terrenos.

A Grasso e Mazzuco Ltda. utilizava a propaganda como chamariz, amparada em dois aspectos: o primeiro sobre a fertilidade do solo. A terra roxa, segundo a empresa, seria extremamente produtiva para o cultivo dos mais variados produtos. O segundo aspecto pode ser relacionado com a presença do Rio Ivaí na região. Muitos migrantes deslumbravam-se com a possibilidade de adquirir estas terras próximas ao rio, pois este auxiliaria na implantação das lavouras de cafés, cedendo água e, principalmente, legitimando a fertilidade do solo.

Essa companhia inicialmente formada com o capital inglês tornou-se proprietária de 515 mil alqueires, adquirido diretamente do Governo do Estado do Paraná, que projetou e iniciou o processo de ocupação das terras onde habitavam caboclos, pequenos grupos de negros e comunidades indígenas. Seu intuito era planejar o loteamento de glebas em áreas rurais e urbanas em torno das quais, anos mais tarde, seriam organizadas as várias cidades⁷. A área abarcava desde as várzeas dos rios Ivaí, Pirapó, Tibagi e Paranapanema até a região onde se situa Londrina, atualmente considerada a segunda maior urbe do estado do Paraná. Em pouco tempo, a rica floresta rendeu-se aos desbravadores que chegaram com seus machados e enxadas, ávidos para plantar o progresso e colher a prosperidade. Fogo e muita fumaça preparavam as clareiras de onde brotariam os cafezais.

⁵ LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. 1980. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. p. 40

⁶ PELEGRINI, Sandra C. A.; RODRIGUES, João P. P. *Ivatuba*: história, memória e tradição paranaense. Maringá: Unicorpore, 2014.

⁷ LUZ, op. cit.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

A mata fornecia-lhes farta matéria-prima para erguerem suas choças aproveitando os troncos e folhas do palmito; essas habitações depois seriam substituídas por edificações erguidas com madeiras nobres como, por exemplo, a peroba rosa. No entorno das casas, os moradores mantinham algumas árvores de modo a desfrutarem do frescor das sombras e da brisa fria que elas proporcionavam quando sopravam os ventos. Assim, foram organizados os patrimônios nos anos finais da década de 1940 e início da década de 1950, inclusive aquele que daria lugar à cidade de Ivatuba.

A lida do café não era fácil, exigia os cuidados da família inteira. Mas o lucro era garantido, as terras adquiridas eram pagas ao longo dos anos, com os recursos provenientes do próprio cafezal. As pequenas cidades surgiam no horizonte, e aumentava o número de veículos que levantavam uma poeira tão vermelha quanto os frutos rubros do café “maduros no pé”. Mais gente entusiasmada com a possibilidade de prosperar deslocava-se para a região, casas comerciais abriam suas portas e corria na boca do povo que uns “cabras” até ensacavam e vendiam a “terra roxa” como adubo, tamanha era a crença na fertilidade do solo paranaense. Sobre aqueles tempos, muitos “causos” eram e continuam sendo contados...

No entanto, não podemos acreditar em tudo que se dizia. O levantamento de fontes é fundamental para apreendermos o processo de ocupação, reocupação e desenvolvimento de Ivatuba. A partir delas podemos conhecer os desafios e as crises enfrentadas pela cidade e, ainda, acompanhamos as disputas políticas e os caminhos trilhados por gerações que habitaram a região, desde a década de 1940.

As relações entre a política, a economia e a cultura perfazem de toda a pesquisa, portanto, não nos cabe atribuir juízos de valores, mas sim evidenciar de que modo as famílias organizaram-se e sobreviveram aos percalços enfrentados na época do cultivo do café. Apesar das intempéries e da oscilação dos preços praticados, o cafezinho ao despertar, após o almoço ou nas reuniões de trabalho está sempre presente. Para os antigos moradores, esse grãozinho moído e coado possui um aroma inconfundível e continua sendo uma referência agregadora, uma tradição entre os ivatubenses.

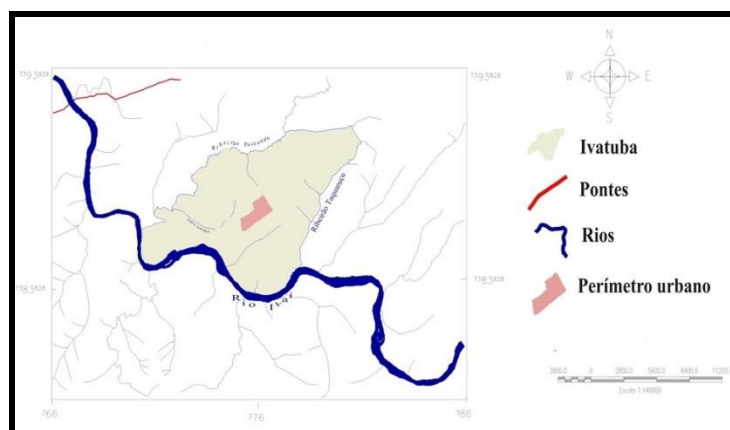
A Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, desde meados da década de 1920, adquiriu terras na região norte do estado e tornou-se responsável pelo processo de reocupação, loteamento e venda de glebas urbanas e rurais. Alguns empreendedores compraram grandes extensões e efetuaram novos loteamentos; como afirmamos anteriormente, Armando Shiamullera negociou uma parte “Gleba Caxias” e, na sequência, a dividiu e vendeu aos senhores Antônio Zanoni, Francisco Pareja, Luiz Semprebom.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Ivatuba está localizada na região norte do Paraná, a 468 km da capital do estado, Curitiba. Limita-se ao norte com o município de Doutor Camargo (a 7 km de distância) e ao sul com a cidade de Floresta (17 km de distância).

A cidade é banhada pelo Rio Ivaí. Com uma área de 36.587 km² e um percurso de 680 km, o rio é afluente da margem esquerda do curso superior do rio Paraná e apresenta uma vazão média de 363 metros cúbicos. Das suas águas nascem outros riachos como o Ribeirão Taquaruçu, Ribeirão Paiçandu e Água Ivatuba, como podemos observar na seguinte imagem.

Mapa 2: Município de Ivatuba



Desenvolvido pelo autor João Paulo Pacheco Rodrigues

Atentamos para o processo de reocupação do município de Ivatuba. Nos anos finais da década de 1940, os irmãos Otacílio Andrade e Otoniel de Andrade adquiriram um lote de terras para a produção de café na região chamada “Água Paiçandu”. Natural de Jardinópolis, Francisco Cano Rodrigues também migrou para a região formando propriedade na “Água Taquaruçu”. No mesmo ano, Vicente Melle, nascido e criado em Manduri (estado de São Paulo), adquiriu um lote de terras na mesma área, assim como o fizera Marino Nesi, natural de Urussanga (estado de Santa Catarina), que negociou uma propriedade próxima ao denominado patrimônio “Gavião”.

Nesse período, migraram Valdomiro Camotti e a esposa Mercedes Camotti, Constatino Caviquioli (natural de Araraquara – São Paulo) e instalou-se também na “Água Taquaruçu”, onde administrou um moinho moageiro de milho. Na sequência, chegaram Ricardo Guidini (natural de Mococa – São Paulo) e João Luiz Fabre (de Grã-Pará/Santa Catarina).

A referência a esses primeiros moradores torna-se relevante nessa abordagem porque eles e seus descendentes guardam a memória daqueles anos. Os relatos e as fotografias

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

dos acervos dessas pessoas oferecem-nos indicativos sobre os seus modos de viver, organização familiar e econômica.

Praticamente não existiam fronteiras entre o espaço urbano e rural: ao fundo da fotografia que segue (figura1) notamos a floresta ainda não explorada e a criação de animais de pequeno porte nos quintais. De todo modo, o tamanho das casas de madeira já constituía um sinal de enriquecimento.

Figura 1: Primeiras casas de Ivatuba (1947)
A casa do fundo era a popular pensão da Dona Rosa.



Acervo: Família Camotti

A simplicidade das residências, a falta de arruamento e a presença de alguns moradores são notáveis nesse registro fotográfico. Na imagem que segue, vemos um dos primeiros empreendimentos comerciais do local, ou seja, a Empresa Grasso e Mazzuco e a significativa movimentação de homens em torno dela, pois as transações geralmente eram efetuadas pelos provedores dos clãs.

Para utilizarmos a fotografia como uma fonte histórica⁸ é necessário percebermos que ela não deve ser analisada apenas a partir de sua imagem congelada, pois não é um reflexo do real. Ao analisá-la, é crucial considerarmos que existe um inevitável laço entre o fotógrafo, a câmera e o assunto tratado que, em última instância, resultam de representações diferenciadas do objeto e traduzem a visão do mundo de quem capta as imagens.

A fotografia é uma representação elaborada/cultural/estética/ tecnicamente e embora os fatos contidos no registro fotográfico estejam inseridos num contexto real, não

⁸ KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

podem ser compreendidas de forma isolada, desvinculadas do processo de construção da representação.⁹

No entanto, o uso da imagem como fonte de pesquisa pode enriquecer muito o conhecimento e a compreensão do passado, no entanto, exige extremo cuidado, o historiador, ao analisar uma fotografia, deve pesquisar as motivações do fotógrafo, as suas relações sociais e culturais, com qual finalidade e para quem a foto foi produzida¹⁰. Sobre os cuidados que o historiador deve tomar ao utilizar a imagética como fonte de pesquisa histórica, atentamos que por:

Por um lado temos as imagens de um que nos parece perfeitamente natural, que aparentemente não exige qualquer aprendizagem, e por outro temos a sensação de ser influenciados, de modo mais inconsciente do que consciente, pela perícia de alguns iniciados que nos podem manipular submergindo-se da nossa ingenuidade.¹¹

Partindo dessa ótica, confrontamos a imagem selecionada com os depoimentos dos primeiros moradores da região.

Figura 2: Prédio da Empresa Grasso e Mazzuco Ltda (1948)



Acervo: Família Camotti

Na Figura 2, constatamos o quão movimentado era o entorno da Empresa Grasso e Mazzuco Ltda., em 1948, companhia responsável pelo loteamento e comercialização da área urbana de Ivatuba e cujos proprietários eram Francisco Mazzuco e Estevão Grasso – o primeiro era oriundo de Urusanga e o segundo de Gravatal. Os dois com a ajuda de Benedito Lima, José Rodrigues Monções (o popular Zé Baiano), Severino da Silva (conhecido também como Velho Honório) e Valdemar Alves Dias, derrubaram a mata e iniciaram a construção de um núcleo urbano ivatubense. Logo passaram a revender as primeiras propriedades rurais para

⁹ Ibid., p. 43.

¹⁰ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹¹ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 1994. p.10

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

as famílias vindas do norte do estado de Santa Catarina e traçaram os rumos do processo de ocupação da cidade.

Depoimentos orais dos primeiros moradores de Ivatuba apresentam indícios de como se davam as transações de venda e compra de terras. Os corretores deslocavam-se para determinadas regiões e exibiam fotografias que “atestavam” a fertilidade das terras e o “vertiginoso” crescimento das cidades no norte e noroeste do Paraná – o que facilitava convencer novos interessados na compra de lotes. Naqueles tempos, o deslocamento das pessoas era difícil e os meios de comunicação eram escassos. Segundo a “pioneira” Maria Presa, o corretor Primo Francisco Mazzuco conseguiu realizar várias vendas no estado de Santa Catarina, na década de 1950, por meio desse expediente, ou seja, da utilização de fotografias.

Assim como a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, empresas menores utilizavam-se de meios para chamar a atenção de seus futuros clientes, amparadas em três principais argumentos:

1. a fertilidade do solo;
2. a existência do Rio Ivai;
3. a singularidade do clima¹².

As vantagens econômicas para o pequeno e médio agricultor também eram destacadas, pois estes poderiam adquirir pequenos lotes com preços bem mais acessíveis do que em outros estados do Sul do Brasil. A versatilidade da produção era outro aspecto salientado, pois favorecia o cultivo do algodão, de cereais, feijão e café. A região de Ivatuba era apontada como uma “terra abençoada”, onde não seria necessário ter muito capital para efetuar investimentos capazes de prover a ascensão social e financeira dos trabalhadores¹³.

Muitas propagandas veiculadas em jornais, rádios, cartazes, panfletos e, principalmente, através de agentes de vendas espalhados pelo oeste paulista e norte de Santa Catarina utilizavam esses argumentos para convencer os compradores de que estariam efetuando excelentes negócios.

¹² Essa abordagem foi aprofundada no livro “Ivatuba: história, memória e Tradição Paranaense”, mencionado na nota número 6; e também discutida por Sandra C. A. Pelegrini, no artigo “Imagens de Ivatuba / Paraná: arte pública como cúmplice”, publicado na Revista de História Regional, v. 19, p. 105-126, 2014.

¹³ A revista Ivatuba Progresso Constante foi publicada em 1985 a pedido do então prefeito municipal Adolfo Semprebom. A revista contou com o apoio da administração municipal de comerciante e primeiros migrantes da cidade. Nas suas páginas estão descritos a chegada dos “pioneiros” na região e fatos ocorridos na cidade até 1985.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

No início da primeira quinzena do mês de agosto de 1949, os catarinenses nascidos em Nova Veneza, Santo Presa e Leonildo Coral compraram um sítio de sete alqueires destinados ao cultivo do café. No mesmo ano, João Girardi (Nova Veneza), Julio Freta (primeiro juiz de paz local, Nova Veneza), Honélio Zanoni (Nova Veneza) e Francisco Zampronio, natural de Araranguá (Santa Catarina), também adquiriram pequenas propriedades próximas ao sítio “Água Paiçandu”.

Um dos primeiros estabelecimentos comerciais do pequeno vilarejo data do ano de 1949, quando Aurélio Semprebom e sua esposa Ema Betine instalaram uma pequena casa de secos e molhados. Acostumados às longas jornadas de trabalho, o casal de Nova Veneza aventurou-se no campo da agricultura, principalmente na produção de café. Posteriormente, outros comerciantes instalaram-se em Ivatuba, entre eles destacamos: Daniel Luiz Fabre (posto de combustíveis), Ciro Amboni (padaria), Pedro Lapuche (farmácia), Marino Furlan (serraria), Francisco Knabben (loja de tecidos).

Em 1950, outro casal também migrou de Santa Catarina: Olívio Vassoler e a esposa Maria Colonetti. No ano seguinte, outras pessoas vieram do mesmo estado, mas de cidades diferentes: Saul Dandolini (Turvo); Antenor Ozelame (São Joaquim); Virgílio Del Moro, responsável pela construção da primeira balsa para travessia do rio Ivaí (Urussanga); Honélio Zanoni (Nova Veneza); Verino Bortotti (Meleiro); Miguel Fernandes Games (natural de Málaga, Espanha, residiu em Cambé entre 1944-1951); Vitório Vanso e a esposa Ítala Poli (Jaú); Luiz Santi (Jaú); Francisco Rodrigues Requena (Espanha) e Verino Bortotti (Meleiro).

Em 1957, advindo de Penápolis, interior de São Paulo, chegou João Mori, sua esposa Ana e os filhos Antônio Celso Mori e Célia Mori Buccioli. Mori revelou-nos as sensações de desespero e desânimo que se abateram sobre toda a família e dilaceraram seus corações, repletos de esperança por melhores condições de vida e trabalho. Segundo seu depoimento:

Tinha bastante serviço a ser feito, foi muito sofrido, sofrido demais... Derrubei e fiz a roçada do mato, tirei tabuinha de palmito para fazer os primeiros ranchos e preparei a terra para plantar o café. Derrubamos árvores de todo tipo, eu lembro bem dos grandes troncos de perobas, gurucaias, canafistulas, paus d’alho e tantas outras espécies.¹⁴

Faltando dois anos para o final da década de cinquenta, migravam para Ivatuba os irmãos Adolfo, Antônio, João e José Formagio, todos mineiros de São Sebastião do Paraíso.

¹⁴ Cabe-nos ressaltar que as coleta de fontes orais e a realização de entrevistas atendeu às normativas metodológicas da história oral. Sobre o assunto, consulta: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Eles adquiriram uma gleba rural de onze alqueires e iniciaram as picadas na mata que resultariam em clareiras próximas ao ribeirão Paiçandu.

Figura 3: Família Formagio (s/d)



Acervo: Olga Formagio

Como observamos nesta fotografia, à frente percebemos o destaque dado à terra e à mata ainda não explorada, depois são exibidos os equipamentos de trabalho: dois tratores, o arado e parte de uma carroça puxada com tração animal – aquisições que representavam o enriquecimento alcançado pelo clã. Esse tipo de registro era muito comum nos tempos de ocupação de áreas novas, assim como as fotografias das famílias nas fachadas das casas junto com seus animais de criação. Lavouras, terreiros repletos de grãos expostos para secagem, cavalos, caminhões, tratores e até bicicletas figuravam de maneira recorrente nas fotografias.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Figura 4: Caminhão carregado de café (1958)
Joaquim Português e Lauro Mondarte.



Acervo: Família Camotti

No decorrer da década de 1960, centenas de famílias naturais dos estados de Santa Catarina e São Paulo, interessadas no cultivo do café, continuaram migrando para a região.

Em 11 de julho de 1951, o povoado de Ivatuba foi elevado a distrito de Maringá. Em 25 de julho de 1960, elevado a município e o Sr. Satoshi Murata nomeado prefeito interino. E em 18 de novembro de 1961, emancipada politicamente, tendo como primeiro prefeito Vander Ribeiro.

Após o processo de emancipação política, a economia cafeeira continuou em alta na região. Na imagem abaixo podemos observar as poses, as vestes e, em especial, o tamanho dos pés de café de propriedade da Família Celestino – imagem que também sugere prosperidade resultante da labuta diária. Aliás, em geral, os pioneiros gostavam de registrar o fruto de seu trabalho e de enviar essas fotografias para os seus amigos e familiares que viviam em outras regiões.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Figura 5: Sítio da Família Celestino (1965)



Acervo: Ângelo Celestino

Após a segunda guerra mundial, a produção cafeeira sofreu algumas mudanças com o aumento dos preços do café e o deslocamento do centro de produção de São Paulo para o Paraná, principalmente no norte do estado (Norte Novo em 1951, Norte Novíssimo em 1962 e em 1965 novamente o Norte Novo), onde se configurou como o maior centro dinâmico da atividade¹⁵. Podemos compreender estes centros dinâmicos como áreas onde a produção já estava estabelecida ou sofria algum declínio;

A expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico, que compreendia uma área onde o café estava penetrando, uma em que se encontrava plenamente em produção e outra, decadente, onde a agricultura se achava em declínio. Daí a existência de centros dinâmicos onde a cafeicultura se encontrava momentaneamente no apogeu.¹⁶

Sem dúvida, até meados da década de 1970, o café gerou muitos empregos na região de Ivatuba, colocou alimento nas mesas das famílias e gerou riqueza. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: o plantio, a capina das roças, a colheita e ensacamento, a comercialização e transporte. A aquisição de máquinas de beneficiamento era fundamental para a transformação dos grãos na bebida consumida nas grandes cidades, todavia, ela ficava restrita aos empreendedores desse setor devido aos custos do maquinário.

¹⁵ CANCIAN, Nadir. *Cafeicultura Paranense: 1900-1970*. 1977. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

¹⁶ *Ibid.*, p. 291.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Nos tempos áureos do cultivo de café, uma boa safra propiciou aos proprietários das fazendas a realização de vários anseios, como a aquisição de automóveis, caminhões e tratores. Estes bens geralmente eram fotografados ao lado da família que vestia sua melhor roupa para demonstrar melhoria no poder aquisitivo e eternizar momentos de grande satisfação, como podemos observar na imagem 6.

Figura 6: Um dos primeiros veículos da cidade (1952)



Acervo: Família Camotti

No entanto, o ciclo áureo do café começou a dar claros sinais de desgaste no início de 1960. A expansão da área plantada no Brasil e nos demais países concorrentes gerou excesso de oferta do produto, levando a sucessivas tendências de baixa do preço do café. A política desfavorável do governo Juscelino Kubistchek (1955-1961) também implicou em sérios prejuízos decorrentes do confisco cambial dos lucros dos cafeicultores exportadores. Contudo, efetivamente, as intensas geadas que se abateram sobre os cafezais, em fins dessa década e nos primeiros anos da década de 1970, tornaram inevitáveis a sua erradicação em vários lugares e a inviabilização econômica do plantio de novas lavouras.

Considerações finais

Podemos constatar que Ivatuba configura-se como um pequeno núcleo urbano disposto em uma zona rural com aproximadamente 96,786 km². Este município teve como principal produto a cafeicultura, até a segunda metade do século XX, como uma prática agrícola que absorvia principalmente a mão de obra familiar, entrecortadas de outras culturas para sustento das respectivas famílias.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

Durante o processo de reocupação da cidade, na segunda metade do século XX, podemos observar a presença da frente pioneira de expansão, pautada na produção cafeeira. Com um intenso fluxo migratório dos estados de São Paulo e Santa Catarina. Essa ocupação aconteceu essencialmente por meio do avanço dos produtores paulistas e catarinenses; os primeiros, procuravam terras novas e baratas e sem restrições quanto ao plantio; os segundos, reunidos entre os fundadores da companhia Grasso e Mazzuco Ltda. se envolveram no processo de comercialização dos lotes especialmente entre os seus conterrâneos.

No presente artigo, buscou-se, também, realizar uma reflexão sobre os discursos e memórias referentes ao pioneirismo expresso e impresso na publicação “Ivatuba Progresso Constante”¹⁷, na qual constatamos que a palavra escrita e as imagens aparecem, lado a lado, complementando-se e atribuindo significados às vivências dos indivíduos em distintas temporalidades.

Chamaram-nos a atenção dois aspectos: por um lado, o fato de que esta revista omitiu qualquer tipo de referência à presença indígena naquela região, onde recentemente foram encontrados artefatos de sua cultura material em meio às plantações. E, por outro, a aparente disposição de menosprezar a rápida devastação da cobertura vegetal e suas implicações para o ambiente na atualidade. Mais do que isso, esse periódico reforçou entre a população residente e seus mais jovens descendentes a ideia de que a ocupação do norte paraense deu-se de forma ordeira, harmoniosa, sem conflitos.

A construção da memória da denominada “frente pioneira” mantém-se, ainda hoje, enraizada e constitui um dos argumentos de “orgulho” e de sentido de pertença difundidos por políticos e demais munícipes em publicações de natureza semelhante à “Ivatuba Progresso Constante”, reverenciadas nas efemérides cívicas e demais datas comemorativas.

Todavia, cabe-nos ressaltar que os embates entre a história e a memória constituem um impasse que acompanha os pesquisadores da área das ciências humanas desde longa data. A memória estabelece um “vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha”, fazendo um paralelo entre a “memória individual e coletiva”¹⁸. Ademais, as reminiscências coletivas figuram um “movimento” de idas e voltas, assertivas e negações

¹⁷ PADILHA, Antônio. *Ivatuba progresso constante*. Londrina: Traço Publicações, 1985.

¹⁸ PELEGRINI, Sandra C. A.; DELMONICO, Renato. Patrimônio e apropriação popular na arquitetura modernista residencial de Maringá. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM/PPH/DHI, 2009. v. 1., p. 439.

Outros Tempos, vol. 15, n. 25, 2018, p. 137- 152. ISSN: 1808-8031

que implicam, em última instância, a “exposição de valores sociais”, um “ciclo existencial” resultante das escolhas efetuadas pela própria sociedade”¹⁹.

A memória é também “mítica, deformada e anacrônica”. Mítica, pois ela pode ser inventada de uma coisa que não existiu; deformada porque muitas vezes ela pode omitir ou aumentar algum aspecto; e anacrônica por não se utilizar o tempo como uma cronologia – as lembranças simplesmente vêm à tona²⁰. As memórias preservadas estão relacionadas às tradições e aos valores culturais que unem os grupos que possuem identidades e interesses em comum. Logo, é crucial tomarmos as memórias como uma fonte a ser explorada pela história, por meio de registros de depoimentos ou da coleta de entrevistas.

Assim, constatou-se que os argumentos eleitos para compor a memória do município estão em consonância com a “imagem mítica” reservada aos primeiros moradores locais, quais sejam, a do pioneiro aguerrido, desbravador e vencedor, ocultando-se a existência de outras memórias e histórias resultantes da luta pela terra e por um “lugar ao sol”.

¹⁹ PELEGRINI, Sandra C. A. Os embates pela memória nos espaços expositivos. In: SCHIAVON, Carmem; Pelegrini, Sandra C. A. *Patrimônios plurais: iniciativas e desafios*. Rio Grande/RGS: Editora da FURG/R, 2016. p. 52.

²⁰ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 525-539.